

## CENTRO DE ESTUDOS 12.11.2019 – ASSUNTOS

### DESTAQUES:

#### Receita Federal deflagra Operação Saldo Negativo

A **Operação Saldo Negativo** deflagrada, em **05/11/2019**, pela Receita Federal e Polícia Federal teve origem em Representação Fiscal para Fins Penais, encaminhada pela Receita Federal ao Ministério Público Federal.

As investigações se aprofundaram a partir de auditorias realizadas pela Receita Federal, que identificou “**empresas de consultoria tributária**” que apresentavam **declarações de créditos e débitos (DCTFs), de compensações (PER/Dcomp), de Simples Nacional (PGDAS) e também previdenciárias (GFIP) com créditos fictícios ou de terceiros** (também chamados de falsos créditos).

Estão sendo cumpridos 30 Mandados de Busca e Apreensão e 25 Mandados de Prisões expedidos pela 1ª Vara Federal de Florianópolis por 41 auditores-fiscais e analistas-tributários e 140 policiais federais em escritórios de consultoria tributária e nas residências dos operadores das fraudes, localizados nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Distrito Federal.

O objetivo da organização criminoso era embolsar a maior parte do valor dos tributos devidos pelo empresariado, enquanto lesava a Administração Tributária Federal.

Os valores utilizados indevidamente para compensar/suspender tributos federais superam a cifra de **R\$ 2,3 bilhões**, sendo que desse total, R\$ 1 bilhão se refere a falsos créditos enviados para uso futuro. Aproximadamente 80% desses valores já foram objeto de auditoria por parte da Receita Federal.

A fraude envolveu **mais de 3.500 empresas distribuídas por quase 600 municípios de todo o país**. Os contribuintes que se utilizaram dos falsos créditos terão suas dívidas reativadas e ainda estão sujeitos a **auto de infração com multas de até 225% sobre o débito compensado**. As empresas lesadas de boa-fé poderão buscar reparação dos danos na esfera judicial contra os fraudadores.

Além das ações penais cabíveis, os operadores também serão alvos de fiscalizações sobre os valores não declarados recebidos em razão da fraude. Os valores dos autos de infração poderão chegar a R\$ 90 milhões, divididos entre 26 pessoas físicas e 16 pessoas jurídicas.

Fonte: RFB

#### SP – GOVERNO ABRE NOVO PROGRAMA ESPECIAL DE PARCELAMENTO DO ICMS

O **Decreto nº 64.564/2019** do governador João Dória, publicado em 06/11/2019, institui um novo **Programa Especial de Parcelamento (PEP)** do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**), para permitir que os contribuintes paulistas regularizem suas dívidas relativas a esse tributo.

Os contribuintes que aderirem ao PEP contarão com redução de 75% no valor das multas e de 60% nos juros, no caso de pagamentos à vista. Para pagamentos parcelados em até 60 meses, o desconto será de 50% no valor das multas e de 40% nos juros. No caso do pagamento parcelado, o valor mínimo de cada parcela deve ser

de R\$ 500, incidindo acréscimos financeiros de 0,64% a.m. para liquidação em até 12 parcelas; 0,80% a.m. para liquidação entre 13 e 30 parcelas; e 1% a.m. para liquidação entre 31 e 60 parcelas.

O prazo de **adesão ao programa irá de 07 de novembro a 15 de dezembro**. O programa permite a quitação ou o parcelamento de débitos de ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os que são objeto de questionamentos judiciais, em razão de **fatos geradores ocorridos até 31 de maio de 2019**.

Para aderir, o contribuinte deverá acessar o endereço eletrônico [www.pepdoicms.sp.gov.br](http://www.pepdoicms.sp.gov.br), efetuar o login no sistema com a mesma senha de acesso utilizada no Posto Fiscal Eletrônico (PFE) e selecionar os débitos tributários a serem incluídos no programa.

A abertura do PEP já havia sido autorizada pelo Conselho nacional de Política Fazendária (Confaz), por meio do **Convênio ICMS nº 152/2019**.

### Casos Especiais

O programa tem regras específicas para contribuintes que têm débitos relativos a **autos de infração e multas que ainda não tenham sido inscritos na dívida ativa**. Para estes casos, estão previstas reduções adicionais e cumulativas no valor da multa correspondentes a 70% se o objeto da adesão ocorrer em até 15 dias a partir da notificação, 60% se ocorrer no período de 16 a 30 dias da lavratura do auto e 25% nos demais casos.

No caso de débitos fiscais decorrentes de substituição tributária, o parcelamento é permitido em até seis meses, com incidência de acréscimos financeiros de 0,64% ao mês, com os mesmos descontos.

### Programa Especial de Parcelamento (PEP) do ICMS

Forma de Pagamento	Acréscimos financeiros	Descontos sobre juros e multas
<b>À vista</b>	—	Redução de 60% do valor dos juros Redução de 75% do valor das multas punitiva e moratória
<b>Até 12 meses</b>	0,64% ao mês	Redução de 50% do valor das multas punitiva e moratória
<b>De 13 a 30 meses</b>	0,80% ao mês	
<b>De 31 a 60 meses</b>	1% ao mês	Redução de 40% do valor dos juros

Fonte: Sefaz/SP

### **ICMS-ST: SP altera regras e exclui produtos do regime**

O governo paulista, através do **Decreto nº 64.552** de 2019, altera regras e exclui produtos do regime de Substituição Tributária do ICMS, com aplicação **a partir de 1º de janeiro de 2019**.

O citado Decreto altera artigos do Regulamento do **ICMS** que dispõem sobre o regime da **substituição tributária** com retenção antecipada do imposto, retirando as listas de produtos sujeitos a tal regime do Regulamento, **para que passem a ser divulgadas por meio de ato normativo de competência do Coordenador da Administração Tributária**.

#### **Adequação do Regulamento do ICMS paulista ao Convênio ICMS 142 de 2018**

A medida veio para adequar o Regulamento do **ICMS** de São Paulo ao **Convênio ICMS 142/2018**, o qual determina que os Estados devam reproduzir, em suas legislações internas, as descrições dos produtos **sujeitos ao regime da substituição tributária**, previstas no referido convênio.

#### **A lista de produtos sujeitos ao ICMS-ST em SP passa ser divulgada através de Portaria CAT**

De acordo com o governo paulista, a divulgação dos produtos em **Portaria CAT** visa facilitar a dinâmica de atualização dessas descrições, tendo em vista as constantes alterações do convênio, e a simplificação na edição da legislação que dispõe sobre o regime da **Substituição Tributária**.

#### **Revogação de dispositivos**

Através do **Decreto nº 64.552/2019**, o Governo revogou os seguintes dispositivos do Regulamento do ICMS:

- I - o § 1º do artigo 293;
- II - o § 2º do artigo 295;
- III - o § 1º do artigo 301;
- IV - o item 2 do § 1º do artigo 310;
- V - o § 1º do artigo 312;
- VI - o item 1 do § 1º do artigo 313-A;
- VII - a Seção XIV do Capítulo I do Título II do Livro II, composta pelos artigos 313-G e 313-H;
- VIII - o § 1º do artigo 313-K;
- IX - o § 1º do artigo 313-O;
- X - o § 1º do artigo 313-S;
- XI - a Seção XXI do Capítulo I do Título II do Livro II, composta pelos artigos 313-U e 313-V;
- XII - o § 1º do artigo 313-W;
- XIII - o § 1º do artigo 313-Y;
- XIV - o § 1º do artigo 313-Z3;
- XV - a Seção XXVI do Capítulo I do Título II do Livro II, composta pelos artigos 313-Z5 e 313-Z6;
- XVI - a Seção XXIX do Capítulo I do Título II do Livro II, composta pelos artigos 313-Z11 e 313-Z12;
- XVII - o § 1º do artigo 313-Z15;
- XVIII - o § 1º do artigo 313-Z17;
- XIX - o § 1º do artigo 313-Z19.

### Segmentos excluídos do regime da Substituição Tributária do ICMS/SP

Com a revogação de artigos do RICMS/00, o fisco excluiu alguns segmentos do regime da **Substituição Tributária do ICMS** em São Paulo, tais como higiene pessoal, papel, bicicletas e Máquinas e Aparelhos Mecânicos, Elétricos, Eletromecânicos e Automáticos, confira:

### As alterações vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2020

As alterações promovidas nas regras do **ICMS-ST em São Paulo** impactarão em todas as **operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2020**. Portanto, para emissão de documento fiscal e cálculo correto do imposto (com produtos excluídos do regime), o contribuinte precisa atualizar as regras tributárias junto ao cadastro de produtos e operações.

**Decreto nº 64.552 de 2019 (DOE-SP 1º/11/2019)**

Fonte: *Siga o Fisco*

### **ICMS/SP - Inatividade presumida gera suspensão de mais de 49 mil inscrições estaduais**

Secretaria da Fazenda e Planejamento suspendeu a inscrição estadual de **49.357 contribuintes** do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por inatividade presumida. As notificações foram publicadas no Diário Oficial do Estado de sábado (02/11). A suspensão ocorreu pela omissão consecutiva na entrega de Guias de Informação e Apuração do ICMS (GIA) relativas aos meses de **maio, junho e julho de 2019**.

O contribuinte que desejar restabelecer a eficácia da inscrição tem prazo de 60 dias, contado a partir da data de publicação em Diário Oficial, para apresentar no Posto Fiscal Eletrônico (PFE) as declarações omissas, sob pena de cassação da eficácia de sua inscrição estadual, conforme prevê a Portaria CAT 95/06.

O restabelecimento da eficácia da inscrição será automático para o contribuinte que entregar as GIAs, sem a necessidade de comparecimento ao Posto Fiscal de vinculação do estabelecimento. A relação dos contribuintes com a inscrição estadual suspensa pode ser consultada no [portal.fazenda.sp.gov.br](http://portal.fazenda.sp.gov.br) acessando o Catálogo de Serviços > CADESP > Mais Informações.

Na Delegacia Regional Tributária DRT-15 (Araraquara), constam **1.383 contribuintes suspensos**.

Fonte: SEFAZ/SP

### **eSocial - Implantação do leiaute simplificado no ambiente de produção está prevista para 2ª feira (11/11)**

Segunda notícia veiculada no site do eSocial, a implantação do ambiente de produção do eSocial, publicada com a revisão da **Nota Técnica 15/2019**, está prevista para esta segunda-feira, 11-11.

A **Nota Técnica 15/2019 (Revisada)** tem como objetivo implantar as primeiras medidas de simplificação e modernização do eSocial, conforme disposto no artigo 9º da Portaria 300 ME, de 13-6-2019.

### **Governo federal simplifica abertura de filiais interestaduais de empresas**

A abertura de filiais de empresas localizadas em estados diferentes da sede ficou mais simples. Além disso, está mais fácil para o cidadão realizar outras solicitações, como alterações no registro, transferências e extinções em âmbito interestadual nas juntas comerciais de todo o país.

Agora, com a integração digital das juntas comerciais, basta realizar o pedido no estado onde se localiza a sede da empresa. Assim, a pessoa não precisa mais se deslocar fisicamente em mais de uma unidade federativa (estado e/ou Distrito Federal) para obter a aprovação de seu pedido de registro, por exemplo. Esse era um fator tido como entrave para novos empreendimentos empresariais.

Equipes do Ministério da Economia trabalham desde janeiro para a integração de dados entre órgãos da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (**Redesim**). O procedimento foi regulamentado com a Instrução Normativa nº 66, publicada em 07 de agosto deste ano. Além da redução dos prazos de registro, os usuários dos serviços se beneficiam com a diminuição de custos, na medida em que não precisam se deslocar por mais de um estado nem ingressar por meio de processos distintos.

Fonte: *Ministério da Economia*

### **CAE do Senado analisa volta da tributação sobre lucros e dividendos**

A volta da tributação sobre lucros e dividendos, extinta em 1995, está em discussão na **Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado**. O **Projeto de Lei 2.015/2019** institui a cobrança de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos por pessoas jurídicas a sócios ou acionistas. A reunião da comissão está marcada para terça-feira (5), às 10 horas.

O projeto, elimina a atual isenção e estabelece o percentual de 15% do Imposto de Renda, descontado na fonte. Assim, os resultados financeiros pagos, remetidos ou entregues pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a outras pessoas jurídicas ou físicas, residentes no Brasil ou no exterior, terão a cobrança do imposto.

A isenção está prevista na **Lei 9.249, de 1995**. A ideia de Otto é retomar a cobrança que vigorou desde a criação do imposto, em 1926, até a interrupção. Para o autor, a isenção acabou gerando a manobras por parte de algumas pessoas para evitar a cobrança do imposto, referindo-se ao caso de pessoas criam empresas para administrar imóveis e receber valores referentes a aluguéis de imóveis, por exemplo, deixando assim de recolher o Imposto de Renda.

Como o Imposto de Renda é progressivo (cobra mais de quem ganha mais), a cobrança de 15% será considerada uma antecipação, mas o valor será ajustado na declaração do imposto, podendo chegar a 27,5%.

### **CAE DEBATE REVOGAÇÃO DE LIVRO CONTÁBIL DIGITAL PARA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico estuda a revogação do chamado **Bloco K**, que é uma versão digital mais robusta e completa do antigo **Livro Registro de Controle de Produção e Estoque** — que era escriturado manualmente.

Nesses registros, as empresas da indústria de transformação enviam aos fiscos informações sobre a lista padrão de insumos utilizados na fabricação de todos os produtos; as quantidades efetivamente produzidas de cada produto; quantidade de insumos efetivamente consumidos; e posição de estoque de todos os produtos acabados, semiacabados e matérias primas.

Num primeiro momento aparenta ser apenas mais uma obrigação acessória criada pelo fisco para evitar a sonegação fiscal. Ocorre que as exigências não são possíveis de serem atendidas por um grande número de empresas devido a especificidades do processo industrial, à temeridade em relação à quebra do sigilo industrial, bem como às dificuldades no desenvolvimento de sistemas e mão de obra pelas empresas.

Fonte: Portal Contábeis via *Portal Câmara*

## INFORMAÇÃO E LEITURA:

### SIMPLES NACIONAL – PRODUTOS COM TRIBUTAÇÃO MONOFÁSICA – DEDUÇÃO

Empresas optante pelo Simples Nacional que auferirem receitas decorrentes da revenda de mercadorias sujeitas à tributação monofásica (tributação concentrada na origem) do **PIS/COFINS** têm direito a reduzir o valor referente a essas vendas no cálculo do Simples Nacional, de forma a não haver tributação em duplicidade.

Dentre outros, são produtos com incidência monofásica do PIS e COFINS:

- a) gasolinas, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), álcool hidratado para fins carburantes;
- b) produtos farmacêuticos classificados nos seguintes códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI):
  - 30.01, 30.03, exceto no código 3003.90.56;
  - 30.04, exceto no código 3004.90.46;
  - 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1, 3002.20.2, 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99, 3005.10.10, 3006.30.1, 3006.30.2 e 3006.60.00;
- c) produtos de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal, classificados nas posições 33.03 a 33.07 e nos códigos 3401.11.90, 3401.20.10 e 9603.21.00, da TIPI;
- d) máquinas e veículos, classificados nos códigos 84.29, 8432.40.00, 8432.80.00, 8433.20, 8433.30.00, 8433.40.00, 8433.5 e 87.01 a 87.06, da TIPI;
- e) pneus novos de borracha da posição 40.11 e câmaras de ar de borracha da posição 40.13, da TIPI;
- f) autopeças relacionadas nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 2002, e alterações posteriores;
- g) águas, classificadas nas posições 22.01 e 22.02 da TIPI;
- h) cerveja de malte, classificada na posição 22.03 da TIPI;

- i) cerveja sem álcool, classificada na posição 22.02 da Tipi e;
- j) refrigerantes, classificados na posição 22.02 da Tipi.

**Base: inciso IV do § 4 e inciso I § 4-A do art. 18, combinado com o § 12 do mesmo artigo da Lei Complementar 123/2006**

Fonte: Portal Contábeis/Blog Guia Tributário

### **Operação Fonte Não Pagadora: Receita Federal volta a alertar para oportunidade de autorregularização até 30/11/2019**

A Receita Federal iniciou a operação “Fonte Não Pagadora”, primeira etapa do processo de combate à falta de recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de Pessoas Jurídicas.

A Superintendência da Receita Federal do Brasil na 1ª Região Fiscal enviou cartas às empresas de todo o Brasil, alertando sobre inconsistências nos valores declarados de IRRF com o que foi efetivamente recolhido.

Nesta etapa, 25.301 contribuintes serão alertados quanto à possibilidade de se autorregularizar, encaminhando retificação da DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) efetuando o recolhimento das diferenças de valores de IRRF, com os devidos acréscimos legais.

Dessa forma, poderão ser evitados os procedimentos de fiscalização que acarretam em multa de ofício de no mínimo 75%, além do acréscimo de juros de mora, e eventual Representação ao Ministério Público Federal, se confirmada a apropriação indébita.

As inconsistências encontradas pelo Fisco podem ser consultadas em demonstrativo anexo à carta, e as orientações para autorregularização no próprio corpo da mensagem que foi enviada pela RFB, para o endereço cadastral constante do sistema de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

Para confirmar a veracidade das cartas enviadas, a Receita Federal encaminhará comunicado para a caixa postal dos respectivos contribuintes, que podem ser acessadas por meio do e-CAC (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/atendimento-virtual>).

#### **Não é necessário, portanto, comparecer à Receita Federal.**

O total de indícios de sonegação verificado nesta operação, para o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, é de aproximadamente R\$ 821 milhões.

A Receita Federal criou um vídeo com informações sobre a operação, acessível em <http://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2019/outubro/operacao-fonte-nao-pagadora-acao-visa-a-autorregularizacao-dos-contribuintes-que-declararam-retencao-de-imposto-de-renda-de-seus-empregados-sem-o-devido-recolhimento>

Fonte: Receita Federal

### **ICMS/SP - Secretaria da Fazenda e Planejamento deflagra operação 'Papiro'**

A Secretaria da Fazenda e Planejamento e a Polícia Civil deflagraram nesta quarta-feira (30) a operação Papiro. O objetivo é dismantelar fraude fiscal estruturada envolvendo empresas que comercializam papel utilizando-se de forma irregular da imunidade tributária prevista na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional (CTN).



A estimativa é que 16 empresas tenham simulado operações com papel como se fossem utilizá-lo na impressão de livros, jornais e periódicos, porém, deram destinação diversa a esse papel, deixando assim de recolher R\$ 20 milhões aos cofres paulistas, no período de 2015 a 2019.

O papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos possui imunidade prevista na Constituição Federal (Art. 150, VI, “d”) e no CTN (Art. 9º, IV, “d”). Dessa forma, quando utilizado com essa finalidade, não há incidência de impostos, inclusive do ICMS, na comercialização desse papel.

A operação objetiva apreender livros, documentos fiscais, controles paralelos e realizar cópia e autenticação de arquivos digitais, de forma a ampliar o conjunto probatório a ser utilizado nas esferas fiscal e penal, no sentido de desarticular a fraude, desqualificar as empresas simuladas e as pessoas interpostas e responsabilizar os articuladores e beneficiários do esquema.

Segue a relação de municípios onde ocorrerão as ações.

Municípios	Alvos
São Paulo	10
Santa Branca	4
Arujá	2
Santa Isabel	1
Santo André	1
Total	18

Fonte: SEFAZ SP

### **Registro de Empregados - SEPREVT fixa normas sobre registro de empregados e Carteira de Trabalho em meio eletrônico**

Foi publicada no Diário Oficial de 31/10, a **Portaria 1.195 SEPREVT**, que disciplina as regras que tratam sobre as anotações na Carteira de Trabalho Digital, bem como o registro eletrônico de empregados, que serão realizados por meio das informações prestadas ao **eSocial**.

O registro de empregados é composto pelos dados relativos à admissão no emprego, duração e efetividade do trabalho, férias, acidentes e demais circunstâncias que interessem à proteção do trabalhador que devem ser informados respeitando os prazos seguintes:

#### **I - até o dia anterior ao início das atividades do trabalhador:**

- a) número no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- b) data de nascimento;



- c) data de admissão;
- d) matrícula do empregado;
- e) categoria do trabalhador;
- f) natureza da atividade (urbano/rural);
- g) código da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;
- h) valor do salário contratual; e
- i) tipo de contrato de trabalho em relação ao seu prazo, com a indicação do término quando se tratar de contrato por prazo determinado.

**II - até o dia 15 do mês subsequente ao mês em que o empregado foi admitido:**

- a) nome completo, sexo, grau de instrução, endereço e nacionalidade;
- b) descrição do cargo e/ou função;
- c) descrição do salário variável, quando for o caso;
- d) nome e dados cadastrais dos dependentes;
- e) horário de trabalho ou informação de empregados que exercem atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, os gerentes, os diretores e chefes de departamento ou filial e os empregados em regime de teletrabalho;
- f) local de trabalho e identificação do estabelecimento/empresa onde ocorre a prestação de serviço;
- g) informação de empregado com deficiência ou reabilitado, devidamente constatado em exame médico, assim como se está sendo computado na cota de pessoa com deficiência;
- h) indicação do empregador para o qual a contratação de aprendiz por entidade sem fins lucrativos está sendo computada no cumprimento da respectiva cota;
- i) identificação do alvará judicial em caso de contratação de trabalhadores com idade inferior à legalmente permitida;
- j) data de opção do empregado pelo FGTS, nos casos de admissão anterior a 1-10-2015 para empregados domésticos ou anterior a 5-10-88 para os demais empregados; e
- k) informação relativa a registro sob ação fiscal ou por força de decisão judicial, quando for o caso.

**III - até o dia 15 do mês seguinte ao da ocorrência:**

- a) alterações cadastrais e contratuais;
- b) gozo de férias;
- c) afastamento por acidente ou doença relacionada ao trabalho, com duração não superior a 15 dias;
- d) afastamentos temporários por motivo de aposentadoria por invalidez, cárcere, Cargo Eletivo, Licença Maternidade inclusive suas antecipações e prorrogações, Licença não remunerada ou sem vencimento, Mandato Eleitoral, Mandato Sindical, Violência doméstica e familiar, Afastamento por suspensão do contrato, Representação Sindical, Serviço Militar, cessão e Participação no Conselho Nacional de Previdência Social;
- e) dados de desligamento cujo motivo não gera direito ao saque do FGTS;
- f) informações relativas ao monitoramento da saúde do trabalhador;
- g) informações relativas às condições ambientais de trabalho;
- h) transferência de empregados entre empresas do mesmo grupo econômico, consórcio, ou por motivo de sucessão, fusão, incorporação ou cisão de empresas; e
- i) reintegração ao emprego.

**IV - no 16º dia do afastamento:**

- a) por acidente ou doença relacionados ou não ao trabalho, com duração superior a 15 dias; e

b) por acidente ou doença relacionados ou não ao trabalho, com qualquer duração, que ocorrerem dentro do prazo de 60 dias pela mesma doença e tiverem em sua totalidade duração superior a 15 dias.

**V - de imediato:**

a) o acidente de trabalho ou doença profissional que resulte morte; e  
b) afastamento por acidente ou doença relacionados ou não ao trabalho, com qualquer duração, quando ocorrer dentro do prazo de 60 dias do retorno de afastamento anterior pela mesma doença, que tenha gerado recebimento de auxílio-doença.

**VI - até o primeiro dia útil seguinte ao da sua ocorrência,** o acidente de trabalho que não resulte morte, ou a doença profissional.

**VII - até o 10º dia seguinte ao da sua ocorrência,** os dados de desligamento cujo motivo gera direito a saque do FGTS.

Para a utilização de sistema de registro eletrônico de empregados é obrigatório o uso do eSocial, vedados outros meios de registro.

O empregador que optar por não realizar o registro dos empregados por meio eletrônico deverá anotar, nos mesmos prazos, as informações mencionadas anteriormente relativas à contratação do trabalhador em livro ou ficha de registro, que deverá permanecer no estabelecimento ao qual o trabalhador estiver vinculado.

Até que seja substituído o eSocial por sistema simplificado de escrituração digital de obrigações previdenciárias, trabalhistas e fiscais, para fins de cumprimento da obrigação relacionada ao registro de empregado, **os dados a serem informados pelo empregador até o dia anterior ao início das atividades do trabalhador são: o número do CPF, a data de nascimento e a data de admissão.**

**Foram revogados:**

- a Portaria 576 MTIC, de 6-1-41, criou o modelo de formulário de horário de trabalho;
- a [Portaria 589 MTE](#), de 28-4-2014, que tratava da obrigatoriedade de comunicação ao Ministério do Trabalho de todo acidente fatal relacionado ao trabalho, inclusive as doenças do trabalho que resultasse em morte; e
- o artigo 6º da [Portaria 1.129 MTE](#), de 23-7-2014, que somente será revogado a partir de 1-1-2020, que trata da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta ou acordo judicial com empregadores quando constatados casos de trabalho em condições análogas à de escravo.